

## O Projeto Pedagógico de Curso é Um Instrumento para o Empreendimento Docente Conjunto?

**Autoria:** Sebastião Cavalcanti Neto, Rafael Deolindo Pereira

### PROPÓSITO CENTRAL DO TRABALHO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) nas Instituições de Ensino Superior (IES) é um aspecto legal, previsto na Lei 9.394/96. Para além do instrumento burocrático, no entanto, ele precisa emergir de uma construção coletiva, organizada e atrelada à prática (ANDRADE E AMBONI, 2002; VEIGA, 2003; BRITO, 2008; SANCHES, 2009 & COLOMBO, 2013).

A maneira como esse instrumento é confeccionado e vivenciado pelas Instituições de Ensino Superior se dá de forma tão variada quanto por vezes desconectada do conceito e função original do que seria um projeto político-pedagógico, particularmente em relação aos corpos docentes, que acabam não se sentindo parte mobilizada da proposta prevista. Porém, existe “um outro lado” onde grupos de professores organizam reuniões informais e independentemente das colegiadas para compartilhar experiências e definir trabalhos integrados e articulados, ainda que estes constituam elementos que estão fora do calendário acadêmico oficial e sem esperar recompensas da coordenação de curso (ANASTASIOU, 2010).

Esse argumento pode denotar a existência de comunidades de prática em corpos docentes que se sentem responsáveis por preencher a lacuna existente entre um PPC expresso num documento e o PPC que acontece na vida real. Partindo desse princípio, o objetivo desse trabalho é investigar se o Projeto Pedagógico de Curso pode ser um instrumento para o empreendimento docente conjunto nas Instituições de Ensino Superior.

### MARCO TEÓRICO

O Projeto Pedagógico de Curso consiste na descritiva metodológica de ensino da IES, contemplando o seu senso de responsabilidade social dentro do contexto de inserção local, bem como as condições necessárias para a formação satisfatória de egressos capazes de intervir na realidade social que estão inseridos para a solução de problemas (GASPAR et al., 2010).

A estrutura de um PPC inclui elementos que funcionam como norteadores para o funcionamento do curso como: finalidades e objetivos; currículo, ementas, bibliografia, perfil dos profissionais que pretende formar (egressos), perfil do corpo docente, regime escolar vagas anuais, turnos de funcionamento, período mínimo e máximo de integralização do curso, organização da biblioteca, instalações, laboratório de informática e itens correlatos (ANDRADE E AMBONI, 2002).

Segundo Andrade e Amboni (2002) o PPC não pode ser considerado tão somente um instrumento legal, que tão logo satisfeitas às demandas das autoridades educacionais, seja arquivado e afastado da rotina do curso; pelo contrário este deve ser um elemento “vivo” e em constante construção coletiva pelos atores do processo de ensino e aprendizagem.

Ao considerar a concepção dos Projetos Pedagógicos de Curso como catalisadores de esforços e competências coletivas e individuais, dos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, na expressão da vontade institucional (ANDRADE E AMBONI, 2002), a proposta pela qual os indivíduos que o criam e instrumentalizam com base na produção de saberes coletivos que visam acrescer soluções para os problemas das IES, se relaciona diretamente com o conceito de comunidades de prática (COP), definido por Wenger (1998) como um grupo de pessoas que compartilham interesses e problemas, unindo-se em torno desses objetivos visando desenvolver conhecimento para ser aplicado em soluções práticas.

Para a existência de uma comunidade de prática é necessário considerar a relação de três dimensões: o empreendimento conjunto, responsável pela temática da comunidade de prática;

o engajamento mútuo, que seria o elo entre os elementos da comunidade; e o repertório compartilhado que seria o produto da comunidade de prática (NICOLINI, 2007). Para esse estudo o foco principal foi o empreendimento conjunto, na perspectiva docente.

O empreendimento conjunto de uma comunidade de prática segundo (Wenger, 1998) significa uma demanda conjunta de seus participantes para responder a elementos que num primeiro momento estariam alheios ao seu controle. Estudos realizados por Nicolini, Silveira e Loureiro (2014) apontam que o empreendimento docente conjunto é fundamental para a formação de comunidades de prática e a aprendizagem organizacional em IES.

O empreendimento conjunto é definido pelos participantes, não configurado como um objetivo definitivo ou uma missão dos membros, mas algo maleável e mutável com o passar do tempo e das demandas emergentes; não é, portanto, “um acordo estático”, mas um processo em constante mudança mediada pelos integrantes da comunidade (SCHOMMER, 2005).

### **MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO**

A metodologia aplicada para esse estudo de caráter descritivo foi quantitativa, partindo de pesquisa bibliográfica dos temas relacionados à Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e Comunidades de Prática (CoP).

Em um segundo momento realizou-se, uma pesquisa de campo com vários docentes de alcance nacional, utilizando o método de survey apoiado pela ferramenta surveymonkey, que entre os dias 12 e 22 de junho de 2015 viabilizou a análise de 256 instrumentos recebidos.

Para a etapa de tratamento dos dados utilizou-se de estatística descritiva, com o cruzamento de informações construídas no referencial com os dados obtidos para localizar traços do empreendimento conjunto docente e seus impactos no PPC.

### **RESULTADOS, CONCLUSÕES E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ÁREA**

O perfil dos respondentes ao questionário aponta que 40,8% são do sexo feminino e 59,2% do sexo masculino, oriundos, em sua maioria, das regiões Sul e Sudeste do Brasil. O maior índice de ocorrências na titulação dos docentes entrevistados foi a de mestre, correspondendo a 52,1% do total, seguido por doutor com 30,1%. A maior alocação de carga horária foi de 72% para os participantes que são oriundos de Instituições Privadas de Ensino Superior, sendo 31,9% de Universidades; 28,4% de Faculdade; e 11,7% de Centro Universitário. Os respondentes pertencentes à Instituições Públicas estão na Universidade (25,9%); Faculdade e Centro Universitário (1,1% respectivamente). A grande maioria dos entrevistados atua em apenas uma Instituição de Ensino Superior (77,3%).

Solicitou-se aos respondentes para que considerassem as Instituições de Ensino Superior em que possuem alocação de carga horária e a escala apresentada, informando a frequência de participação em atividades como reuniões para discussões acadêmicas a grande maioria (67%) afirmou participar com bastante frequência ou sempre.

Quando questionados sobre a frequência com que fazem uso dos procedimentos relacionados aos itens que compõem o PPC no planejamento das aulas, atividades pedagógicas e avaliações, mais uma vez a grande maioria ficou entre quase sempre e sempre, com (83%) no tocante ao perfil do egresso, (88%) para objetivos do curso e (91%) para as ementas e conteúdos programáticos. Esses dados apontam que existe um interesse docente em discussões acerca de elementos que compõem o projeto pedagógico de curso e que, de forma intensa, esse instrumento é vivenciado por esses atores.

Essa perspectiva toma mais forma quando analisamos os assuntos abordados nas conversas docentes com os demais colegas. Os resultados apontam que as metodologias de ensino (52,6%), metodologias de avaliação (39%), mercado de trabalho para o egresso (26,7%);

perfil do formando (23,1%); ementas, programas e conteúdos (22,7%); além da infraestrutura do campus (21,9%) congregam um somatório representativo de elementos que forma mencionados nas conversas docentes e compõem a estrutura do PPC.

De acordo com os dados coletados, a comunicação entre os docentes, na maioria das vezes, ocorre presencialmente, nas dependências da IES (80,1%) ou presencialmente, em reuniões de trabalho (53,4%). A comunicação ocorre virtualmente, por e-mail ou redes sociais para 75,3% dos entrevistados e, virtualmente, pelo telefone através de ligações, mensagens de texto ou aplicativos por 29,1%. Os canais de comunicação docente atuam como elementos que viabilizam o surgimento do empreendimento conjunto, e o volume de docentes que se comunicam fora dos canais convencionais conota um cenário suscetível para a existência de COPs.

Outro traço do empreendimento conjunto é o impacto das percepções do grupo sobre a prática docente. Quando questionados se as sugestões e críticas dos colegas de curso influenciam a condução da prática docente 74% dos entrevistados ficaram entre concordar mais do que discordar e concordar totalmente com a afirmação. Quando questionados sobre até que ponto a integração com o grupo de colegas de curso influencia a prática docente 80% dos entrevistados ficaram entre concordar mais do que discordar e concordar totalmente, número superior aos 74% que ficaram na mesma faixa quando questionados se a integração com o grupo de gestores da IES influencia a prática docente. Esses dados revelam a importância atribuída ao grupo pelos docentes, um traço crucial para o empreendimento conjunto.

Assim, com a realização desse estudo foi possível perceber que existem indícios de que o Projeto Pedagógico de Curso figura instrumento para o empreendimento docente conjunto em Instituições de Ensino superior, mas não de forma direta, haja vista que docentes discutem acerca dos componentes documentais do PPC, mas nem sempre de forma consciente.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de e AMBONI, Nério. Projeto pedagógico para cursos de Administração. São Paulo. Makron Books, 2002.
- COLOMBO, Sonia Simões. Gestão Universitária: Os Caminhos Para A Excelência. Porto Alegre: Penso, 2013.
- GASPAR, M. A.; PALÁCIOS, F. A. C.; SANTOS, S. A. D. A gestão do conhecimento na formulação do Projeto Político-Pedagógico em Cursos de Graduação. Revista de Administração da Unimep, v. 8, n. 1, p. 1-15, 2010.
- VEIGA, I. P. A. Inovações e Projeto Político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? Cad.Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, Dezembro 2003.
- WENGER, E. Communities of practice: a brief introduction. Disponível em:< [www.vpit.ualberta.ca/cop/doc/wenger.doc](http://www.vpit.ualberta.ca/cop/doc/wenger.doc)>. Acesso em: 30/11/2013.